



Estratégia
Concursos

1º SIMULADO

CICLO BÁSICO

RECEITA FEDERAL

Simulado Especial

1º Simulado Ciclo Básico Receita Federal

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da Receita Federal;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Receita-Federal-19-07>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | |

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

A necessidade de uma ampla reforma tributária em nosso quadro econômico tem se tornado cada vez mais evidente com o passar dos anos. A estrutura tributária brasileira, com inúmeras formas de tributação (impostos sobre a renda, sobre valor adicionado, sobre o patrimônio, além de taxas de serviços, contribuições parafiscais, adicionais sobre tarifas, etc.) torna absolutamente complexa a fiscalização da cobrança desses tributos, aumenta os custos das empresas com planejamento tributário e para o próprio poder público, o que não resolve, mas aprofunda a desigualdade do ônus entre os contribuintes. [...]

Normalmente, quando uma discussão acerca de uma iminente reforma tributária se inicia, fundamentos básicos de tributação como eficiência dos mecanismos de arrecadação, equidade, custos, incidências e combate à sonegação não são priorizados no debate. Segundo o Fórum Econômico Mundial, o Brasil é o país com o sistema tributário mais ineficiente do mundo, o que reforça ainda mais a necessidade de uma ampla reforma. [...]

É muito importante que se transforme o sistema tributário em um fortíssimo mecanismo que busque transformar o Brasil num país mais justo e menos desigual, seja através da política tributária progressiva — onerando mais os mais ricos e menos os mais pobres —, seja através da redistribuição de renda, com a alocação mais equânime dos recursos. Também é necessário que a discussão leve em conta a premente necessidade de desenvolvimento que o Brasil possui, pois as reformas tributárias geram muitos impactos nos gastos públicos sobre o crescimento e os investimentos.

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/>

01. De acordo com o texto,

- a) as contribuições parafiscais e os adicionais de tarifas tornam a tributação excessivamente complexa.
- b) a extrema complexidade do sistema tributário impossibilita a fiscalização da cobrança dos tributos.
- c) a reforma tributária é indispensável porque o Brasil tributa renda, patrimônio, valor agregado e serviços.
- d) no debate sobre a reforma tributária, fundamentos básicos de tributação ficam em segundo plano.
- e) o Brasil tem grave necessidade de uma reforma tributária, pois possui a maior carga tributária do mundo.

02. No terceiro parágrafo, os vocábulos “equânime” e “premente” foram empregados, respectivamente, no sentido de

- a) imediata e justa
- b) proporcional e angustiante
- c) equilibrada e iminente
- d) igualitária e urgente
- e) distributiva e célere

03. Infere-se do texto que

- a) uma política tributária progressiva onera proporcionalmente o patrimônio dos mais ricos.
- b) a complexidade do sistema tributário causa prejuízo público e agrava a concentração de renda.
- c) a distribuição de renda é a forma mais eficiente para combater a desigualdade social.
- d) uma política tributária mais justa deve tributar os ricos, não aqueles em situação de pobreza.
- e) uma reforma tributária proporcionaria aumento nos gastos públicos em desenvolvimento.

04. Sobre as estruturas e sentidos do texto, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I- A locução “tem se tornado” (1º parágrafo) equivale semanticamente a “vem se tornando”.
- II - A vírgula após “Normalmente” (2º parágrafo) é facultativa.
- III - A locução “são priorizados” (2º parágrafo) concorda com “mecanismos de arrecadação, equidade, custos, incidências e combate à sonegação”
- IV – O vocábulo “ainda” exprime noção de tempo (2º parágrafo).

Estão corretos:

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) III e IV
- d) II e III
- e) I, II, III e IV.

05. É muito importante que se transforme o sistema tributário em um fortíssimo mecanismo que busque transformar o Brasil num país mais justo... (3º parágrafo)

O segmento sublinhado acima exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:

- a) torna absolutamente complexa a fiscalização da cobrança desses tributos
- b) aprofunda a desigualdade do ônus entre os contribuintes.
- c) quando uma discussão acerca de uma iminente reforma tributária se inicia
- d) combate à sonegação não são priorizados no debate
- e) as reformas tributárias geram muitos impactos nos gastos públicos

TEXTO II

Os economistas clássicos, desde Adam Smith, acreditavam que o trabalho e o esforço necessários para a produção dos bens que se trocam no mercado poderiam fornecer a medida universal do seu valor. Eles enxergavam no tempo de trabalho necessário à produção uma espécie de lei ao alcance universal que regulamentaria mais ou menos conscientemente a troca dos bens.

No final do século XIX, surge uma nova concepção de valor que decorre da tomada de consciência do preço real e verificável tal como ele se determina num mercado de maneira variável, momentânea, pelo jogo sempre questionável, pelo jogo sempre a redefinir e imprevisível da oferta e da demanda.

Não é o trabalho, mas a intensidade subjetiva da necessidade do desejo por este ou aquele bem em determinado instante que determina o valor das coisas. Para determinar o que valem os bens, nos ensinam os economistas neoclássicos, é o ponto de vista do consumidor em busca da satisfação de um desejo que conta, e não o do produtor. É, portanto, o ponto de vista da satisfação do consumo, jamais o do esforço para a produção.

O mercado, na sua forma pura de concorrência perfeita, parece um leilão. Ou a bolsa de valores, onde múltiplos fatores, desejos subjetivos, angústias de circunstâncias e apostas aleatórias determinam o preço instantâneo, pelo jogo sempre resvaladiço da oferta e da demanda. E não podemos encontrar aí nenhum elemento de estabilidade ou nenhuma lei universal e permanente que possa explicar a determinação do preço sobre o qual recaem todos os acordos entre os jogadores em troca. Os caprichos mais loucos podem incidir tanto quanto a reflexão mais lógica e ajuizada.

(Clóvis de Barros Filho)

06. De acordo com o texto,

- a) para Adam Smith, o custo de produção determina o valor de um bem.
- b) o tempo de trabalho tornou-se medida universal do esforço produtivo.
- c) segundo os clássicos, oferta e demanda determinam o que valem os bens.
- d) neoclássicos defendem que a demanda por um desejo gera o preço dos bens.
- e) na valoração de bens, a satisfação subjetiva prevalece sobre o esforço de produção.

07. “...onde múltiplos fatores, desejos subjetivos, angústias de circunstâncias e apostas aleatórias determinam o preço instantâneo...” (4º parágrafo)

Considerando as relações originais do trecho, o segmento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por:

- a) nas quais.
- b) do qual.
- c) aonde.
- d) na qual.
- e) no qual.

08. Infere-se do último parágrafo que

- a) O mercado é puramente irracional em sua forma de precificar transações.
- b) A concorrência perfeita é um leilão em que apostas definem os preços.
- c) não há nenhuma lei universal ou permanente que explique a valoração de bens.
- d) o equilíbrio entre oferta e demanda é um processo lógico e previsível no mercado.
- e) todos os acordos entre os jogadores em troca são determinados por desejos.

09. A supressão da vírgula altera o sentido do seguinte segmento:

- a) No final do século XIX, surge uma nova concepção de valor que decorre da tomada de consciência do preço real... (2º parágrafo)
- b) Não é o trabalho, mas a intensidade subjetiva da necessidade do desejo por este ou aquele bem em determinado instante que determina o valor das coisas (3º parágrafo)
- c) ... o ponto de vista da satisfação do consumo, jamais o do esforço para a produção (3º parágrafo)
- d) ...parece um leilão. Ou a bolsa de valores, onde múltiplos fatores... (4º parágrafo)
- e) ... desde Adam Smith, acreditavam que o trabalho e o esforço necessários para a produção dos bens (1º parágrafo)

10. Há pleno atendimento às normas de concordância verbal na frase:

- a) Aos homens não ocorrem, em tantas atividades e tantas obrigações, a ideia de tirar alguns minutos para refletir sobre o motivo de suas ações.
- b) A possibilidade de se produzir soluções para os dilemas da realidade cotidiana ainda envolve dicotomias.
- c) Em muitos países onde não faltam aos cidadãos médios um suporte razoável dos governos, a desigualdade tende a ser menor.
- d) Entre todas as dificuldades do capitalismo, especialmente em grandes economias, não haveriam como não destacar as metas infinitas de produtividade.
- e) Às práticas mais leoninas de exploração humana foram atribuídas as enormes margens de produtividade nas grandes potências industriais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

11. José é servidor público federal e, no exercício de suas funções, praticou conduta tipificada como crime contra a administração pública, passível de demissão. Nesse caso, com base na Lei nº 8.112/1990 e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

- a) o prazo prescricional para a apuração da falta se inicia na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento toma conhecimento do fato, interrompendo-se com o primeiro ato de instauração válido.
- b) a autoridade competente, ao ter ciência da infração, deverá instaurar o procedimento para sua apuração, no prazo máximo de dois anos, nos mesmos moldes previstos para as penalidades de cassação de aposentadoria e destituição de cargo em comissão.
- c) a autoridade competente deverá instaurar o procedimento administrativo no prazo previsto em lei, iniciando a contagem do prazo prescricional, contudo, na data da prática do ato.
- d) como a infração também configura crime, o prazo prescricional depende da efetiva apuração da conduta do servidor na esfera penal.
- e) as infrações praticadas por servidor que configurem crime contra a administração pública devem ser apuradas unicamente na esfera penal, que prevalece sobre a esfera administrativa.

12. O consórcio público é uma pessoa jurídica criada para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum entre os participantes. Acerca desse tema, com base nas disposições da Lei nº 11.107/2005 e do Decreto nº 6.017/2007 é correto afirmar que

- a) os consórcios devem ser constituídos sempre sobre a forma de associação pública, mesmo quando o seu regime jurídico for de direito privado.
- b) quando constituído sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, o consórcio poderá ter fins meramente econômicos.
- c) a formação de um consórcio público de direito público faz surgir uma nova entidade da administração indireta somente do ente da Federação do representante legal do consórcio.
- d) o regime de pessoal aplicado aos consórcios é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), independentemente de sua personalidade jurídica.
- e) os consórcios públicos formados com personalidade jurídica de direito privado estão dispensados de licitar para a aquisição de bens e celebração de contratos.

13. José é agente público e praticou ato de improbidade administrativa tipificado como causador de prejuízo ao erário. Agiu em conjunto com João, seu cunhado, que não é servidor público, mas se beneficiou indiretamente da prática do ato ímprobo. Com base nessas informações, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.429/1992 e a jurisprudência, assinale a alternativa correta.

- a) João responde na ação de improbidade administrativa de forma independente, mesmo sem a presença concomitante de José no polo passivo da demanda.
- b) a ação de improbidade segue o rito ordinário, sendo admitida a celebração de acordo de não persecução cível em relação aos atos praticados por José e João.
- c) caso José seja um agente político, a ação de improbidade deve ser processada e julgada no foro decorrente da prerrogativa especial conferida à sua função.
- d) comprovado o dolo na conduta dos sujeitos, eventual ação de ressarcimento ao erário deverá ser ajuizada no prazo prescricional previsto na Lei nº 8.429/1992.
- e) os atos praticados por José e João autorizam a decretação da indisponibilidade dos bens pela autoridade administrativa competente.

14. Acerca da convalidação dos atos administrativos, é correto afirmar que

- a) sempre será possível, ainda que cause prejuízo a terceiros.
- b) os atos administrativos que contenham vício em relação ao sujeito serão passíveis de convalidação, ainda que se trate de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- c) quando a forma for essencial para a prática de determinado ato, a convalidação será possível, desde que não prejudique a terceiros.
- d) a convalidação atinge os elementos discricionários do ato, razão pela qual não é possível convalidar um ato vinculado.
- e) a convalidação mantém os efeitos produzidos pelo ato, regularizando-o desde a sua produção, em decorrência de seus efeitos retroativos.

15. Maria sofreu danos materiais e morais decorrentes de uma conduta estatal, causada por um servidor público. Na ação judicial, conseguiu comprovar os danos sofridos, bem como a conduta e o nexo causal. A respeito do tema, é correto afirmar sobre a responsabilidade civil estatal que:

- a) a responsabilidade civil objetiva prevista constitucionalmente refere-se ao servidor, mas não o Estado, que responde na forma da legislação civil.
- b) Maria deve comprovar judicialmente o dolo ou a culpa estatal no resultado danoso.
- c) o Estado responderá objetivamente pelos danos sofridos por Maria, com base na teoria do risco administrativo.
- d) no caso em tela, caso a culpa pelo resultado danoso tivesse sido exclusiva de Maria, a responsabilidade civil estatal seria atenuada.
- e) ficando comprovado que o agente público foi responsável pelo dano sofrido por Maria, este responderá objetivamente em ação de regresso ajuizada pelo Estado.

16. A respeito da Lei 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública – EP, da sociedade de economia mista – SEM e de suas subsidiárias, assinale a alternativa correta:

- a) as empresas estatais somente admitem capital público, vedada a participação de entidades da administração pública, ainda que de direito público.
- b) as empresas estatais que explorem atividades econômicas não se submetem às regras de direito público previstas na Lei das Estatais, principalmente no que diz respeito à contratação de pessoal e à realização de licitação.
- c) por ser uma Lei Federal, a Lei nº 13.303/2016 abrange apenas as empresas públicas e sociedades de economia mista instituídas pela União.
- d) no procedimento licitatório para contratação de serviços pelas empresas estatais, a administração deve divulgar amplamente o valor estimado do contrato, como regra.
- e) as empresas estatais devem observar a diretriz de que suas licitações, para aquisição de bens e de serviços comuns, devem adotar preferencialmente a modalidade

pregão, dispensando-se a sua realização para a prestação direta de serviços especificamente relacionados com seus objetos sociais.

17. Nos termos da Constituição Federal de 1988, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Ademais, é dever da administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Com base no que dispõe a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2001, é correto afirmar que

a) entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos diretamente do orçamento não estão obrigadas a divulgar o montante e a destinação dos recursos que receberam do poder público.

b) as informações consideradas sigilosas são aquelas cujo acesso público fica restrito de maneira indefinida, por se entender que sua não publicidade é imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.

c) o acesso à informação deve ser sempre total, vedada a concessão de acesso parcial às partes não sigilosas.

d) o requerimento de acesso à informação deve ser deferido independentemente da identificação do requerente, desde que este fundamente seu pedido com a exposição dos motivos determinantes de sua solicitação.

e) a classificação de uma informação como sigilosa deve observar o interesse público da informação, utilizando-se do critério menos restritivo possível, considerando-se a gravidade do risco à segurança da sociedade, bem como o prazo máximo de restrição de acesso.

18. O controle externo da gestão pública é desenvolvido de forma conjunta pelo Legislativo, cabendo-lhe a titularidade, e pelo Tribunal de Contas, o qual detém competências próprias e privativas. Nesse sentido, de acordo com as previsões constitucionais sobre o tema, é correto afirmar que

a) as contas do Presidente da República não se submetem ao julgamento pelos Tribunais de Contas, que apenas

emite parecer prévio de natureza técnica e não vinculante, quanto à aprovação ou rejeição das contas, cabendo o julgamento ao Congresso Nacional.

b) o julgamento dos administradores responsáveis por recursos públicos fica a cargo do Congresso Nacional, assegurados o contraditório a ampla defesa aos acusados por eventuais desvios de verbas.

c) em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, o Tribunal de Contas pode anular diretamente o ato, aplicando ao responsável uma multa proporcional ao dano causado ao erário.

d) os contratos administrativos que contenham ilegalidades devem ser suspensos diretamente pelo Tribunal, que deverá solicitar imediatamente as medidas cabíveis ao Judiciário.

e) ao sustar a execução de um ato ilegal, é dever do Tribunal de Contas realizar sua imediata comunicação ao Congresso Nacional.

19. A administração pública recebeu determinado bem imóvel como forma de pagamento de uma dívida de um particular. Porém, o mencionado bem não está afetado a nenhuma finalidade pública, de forma que a administração pretende realizar a sua alienação. A respeito desse tema, e com base no que dispõe a Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa correta:

a) a modalidade licitatória adotada deve ser obrigatoriamente a concorrência, independentemente do valor do bem.

b) após a avaliação do bem, a administração poderá adotar o procedimento licitatório do leilão, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

c) a alienação do bem poderá ocorrer mediante concorrência ou pregão, caso se trate de um bem imóvel considerado comum.

d) por se tratar de um bem imóvel, a alienação deve ser precedida de autorização legislativa e será dispensado o procedimento licitatório, independentemente da destinação do bem.

e) o procedimento licitatório, nesse caso, é inexigível, já que o bem não se encontra afetado a uma finalidade pública.

20. O princípio da continuidade dos serviços públicos representa a impossibilidade de interrupção dos serviços e o pleno direito dos usuários a que não seja suspenso nem interrompido. Tal regra não é absoluta, de forma que, sobre esse aspecto, é correto afirmar que

- a) a prestação de um serviço adequado pela concessionária independe da satisfação de condições de regularidade e continuidade, por expressa determinação legal.
- b) mesmo que se trate de uma situação emergencial, a concessionária não pode descontinuar a prestação do serviço, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato firmado com o poder público.
- c) apesar do dever de continuidade na prestação dos serviços públicos, estes podem ser interrompidos em caso de inadimplemento do usuário, desde que este seja previamente informado da interrupção.
- d) o consumidor deverá ser previamente comunicado caso seja necessária a interrupção dos serviços, independentemente da informação exata quanto ao dia do desligamento.
- e) a suspensão dos serviços por inadimplemento do usuário é autorizada após prévia comunicação quanto à suspensão, que poderá ser iniciada a partir da data em que for constatado o não pagamento, mesmo que recaia no final de semana ou em feriado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

21. Considere que uma lei ordinária tenha sido regularmente votada e sancionada, não apresentando qualquer vício em relação ao procedimento constitucionalmente previsto para sua aprovação, exceto em relação a um dispositivo específico, que trata de matéria reservada à lei complementar. Nessa situação, pode-se afirmar que:

- a) A lei ordinária em questão apresenta vício formal, mas apenas em relação a um dispositivo específico, o que caracteriza sua inconstitucionalidade parcial.
- b) A norma deverá ser declarada inconstitucional em sua totalidade, uma vez que a lei é considerada, formalmente, uma unidade, não sendo possível que a

inconstitucionalidade parcial seja decorrente de um vício formal.

- c) A lei deverá ser declarada materialmente inconstitucional em sua totalidade, por incluir em seu texto tema reservado à edição de lei complementar.
- d) A lei deverá ser declarada materialmente inconstitucional apenas parcialmente, por tratar de matéria reservada à edição de lei complementar em dispositivo específico de seu texto.
- e) A lei em tela apresenta inconstitucionalidade formal orgânica e, portanto, contém vício congênito, ensejador de nulidade total.

22. Janício, jovem empresário, suspeita que um concorrente esteja propagando falsas informações sobre a idoneidade de sua empresa, ao sugerir que seu lucro é oriundo de lavagem de dinheiro e de sonegação de impostos. A fim de preservar o status de seu nome, decide, então, comparecer à Secretaria da Receita Federal local para obter o histórico do pagamento de seus tributos e comprovar que a organização estaria em dia com as exigências fiscais fixadas em lei. A autoridade fazendária, sob a alegação de que tais dados não são de acesso ao público, vez que de uso privativo e interno do próprio órgão, recusa-se a fornecê-los e, em substituição ao pedido original, oferece a emissão de certidão, atestando que a empresa estaria em dia com suas obrigações tributárias. Janício, indignado, pretende acionar o Poder Judiciário para ter satisfeito seu direito. Com base no que dispõe a CF/88 e no entendimento jurisprudencial em torno do tema, é correto afirmar que:

- a) Janício apenas poderia ajuizar habeas data, para assegurar o acesso aos dados mencionados, caso estes fossem relativos à pessoa física, e não jurídica, uma vez que a ação possui caráter personalíssimo.
- b) Janício poderá impetrar mandado de segurança contra o abuso de poder por parte da autoridade administrativa, que jamais poderia negar o acesso aos dados do contribuinte, quando por ele mesmo requeridos.
- c) Janício deverá, desde que assistido por advogado, ajuizar habeas data, não havendo que se falar em comprovação do interesse de agir, já que há direito subjetivo ao acesso às informações relativas à própria empresa.

d) Janício não poderia simplesmente exigir o acesso a tais informações sem a comprovação da efetiva necessidade para a defesa da reputação da empresa, uma vez que, em virtude do fornecimento da certidão substitutiva, restaria descaracterizado o interesse de agir.

e) A autoridade fazendária, de fato, não tem obrigação de fornecer os dados solicitados, uma vez que integram banco de dados interno e de uso exclusivo do órgão, o que levará Janício a ter seu pleito indeferido judicialmente.

23. O Presidente da República decidiu participar de um evento diplomático internacional, sabendo que precisaria afastar-se durante 10 dias do país. Solicitou, então, autorização da Câmara dos Deputados e, logo em seguida, reuniu-se com alguns Ministros de sua máxima confiança para delegar-lhes importantes tarefas que deveriam ser executadas enquanto ele permanecesse em viagem. Assim, ficou determinado que seus auxiliares deveriam, por ato próprio, nomear Ministros do TCU, prover cargos públicos e extinguir Ministérios, nesse caso com a finalidade de reduzir despesas. Considerando o que dispõe a CF/88, aponte a afirmativa verdadeira:

a) O Presidente somente poderia se ausentar do país, durante esse período, mediante autorização do Congresso Nacional.

b) A autorização do Poder Legislativo para a ausência do Presidente, durante esse período, é dispensada. No entanto, a nomeação dos Ministros do TCU é tarefa que não pode ser delegada a quaisquer autoridades.

c) As atribuições mencionadas não poderiam ter sido delegadas aos Ministros de Estado.

d) Embora seja desnecessária a autorização da Câmara, o provimento dos cargos públicos e a extinção dos Ministérios exigem a edição de lei, sendo, portanto, indelegáveis.

e) A nomeação dos Ministros do TCU não poderia ser feita por ato próprio do Poder Executivo, uma vez que tal atribuição pertence ao Congresso Nacional.

24. A Assembleia Legislativa do Estado W enviou ao Congresso Nacional projeto de emenda à Constituição, com a concordância da maioria relativa de seus membros. O documento previa a possibilidade de instituição de um novo imposto de competência estadual. Após regular deliberação nas duas Casas, a proposta é aprovada, em dois turnos, por três quintos dos membros de cada uma delas. Finalmente, já na fase de promulgação, seguiu para a mesa do Congresso Nacional e, posteriormente, para sanção presidencial. A esse respeito, assinale a alternativa verdadeira:

a) A PEC contém vício de iniciativa, já que a Assembleia Legislativa não poderia tê-la apresentado, de forma isolada. Além disso, não compete ao Congresso a promulgação dessa espécie legislativa, dispensando-se, igualmente, a sanção presidencial.

b) Não há que se falar, nesse caso, em vício de iniciativa, tampouco em qualquer outra fase do procedimento legislativo em questão.

c) A PEC deverá ser declarada inconstitucional, uma vez que, ao tratar de matéria tributária, fere expressamente cláusula pétrea da Constituição.

d) O projeto deveria ter sido subscrito pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, sendo o vício constatado impossível de ser convalidado.

e) Somente o Presidente da República poderia ter enviado a proposta versando sobre matéria tributária, não tendo a sanção presidencial o condão de convalidar o vício de iniciativa identificado.

25. Determinado município da Federação editou lei introduzindo Regime Próprio de Previdência para seus servidores efetivos e ocupantes de cargos exclusivamente em comissão, assim como para os detentores de mandatos eletivos. Além disso, no intuito de ajustar-se às determinações constitucionais, o novo diploma legal cuidou de fixar o limite de 75 anos de idade para a aposentadoria compulsória de todos os agentes públicos municipais, cujo teto remuneratório passaria a corresponder ao subsídio do prefeito. À luz das disposições constitucionais pertinentes, é correto afirmar que:

- a) A referida lei é inconstitucional, considerando que o novo Regime Próprio somente seria aplicável aos ocupantes de cargos efetivos e comissionados, mas não aos ocupantes de cargos eletivos.
- b) É inconstitucional a previsão de teto remuneratório único para todos os agentes municipais, tendo em vista que os limites devem ser fixados separadamente para cada Poder.
- c) A introdução do RPPS é flagrantemente inconstitucional, inclusive para os servidores efetivos, embora a regra relativa ao teto remuneratório seja válida.
- d) É inválida a disposição relativa à aposentadoria compulsória para os detentores de mandatos eletivos, uma vez que o limite de idade se aplica apenas aos servidores efetivos e comissionados.
- e) A lei municipal em questão está de acordo com as novidades trazidas pela EC 103/19, sujeitando todos os ocupantes de cargos públicos e mandatos eletivos ao Regime Próprio e impondo o limite de 75 anos de idade para a aposentadoria de todos os agentes públicos.
- 26.** No que diz respeito à técnica de repartição de competências entre os entes federativos, adotada pelo legislador constituinte, assinale a alternativa verdadeira:
- a) As competências comuns são competências materiais que, assim como as legislativas concorrentes, pressupõem a atuação conjunta de todos os entes, refletindo a técnica da repartição horizontal.
- b) O Brasil adota a técnica de repartição horizontal para a fixação de competências tributárias entre os entes federativos, enumerando-as de forma específica e exhaustiva.
- c) Nosso modelo federativo de integração, ou cooperativo, inadmite o estabelecimento de competências estanques ou exclusivas para cada unidade política.
- d) Nosso complexo sistema de repartição de competências tem como objetivo desenvolver um federalismo de equilíbrio, em que tanto as competências administrativas quanto legislativas e tributárias pressupõem a atuação concorrente dos entes federados.
- e) As competências concorrentes seguem a técnica de repartição vertical de competências, permitindo aos

estados, em nome da predominância do interesse geral, atuarem apenas quando expressamente autorizados por lei complementar federal.

- 27.** Ronindes possui 26 anos de idade e atualmente é Promotor de Justiça do Distrito Federal, função que exerce há quase três anos. O órgão de representação da categoria decidiu indicá-lo, em lista sêxtupla, para compor o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o que levou o governador, conhecedor de sua reputação e excelente trabalho desenvolvido, a enviar seu nome, a partir da lista anteriormente elaborada, para aprovação da Câmara Legislativa. Esta, no entanto, acabou rejeitando a escolha feita pelo chefe do Poder Executivo. Em relação à situação narrada, pode-se dizer que:
- a) O governador somente poderia ter feito a nomeação caso a Câmara tivesse escolhido seu nome a partir da redução da lista sêxtupla, pelo Tribunal, a uma lista tríplice.
- b) Ronindes poderá ser nomeado para compor o referido tribunal, independentemente da aprovação do Poder legislativo, mas deverá aguardar até completar 30 anos de idade para a posse.
- c) Embora a escolha de Ronindes independa da aprovação do Legislativo, ele somente poderia ter sido escolhido pelo Presidente da República, a partir de lista tríplice elaborada pelo TJDFT e desde que tivesse completado 10 anos de atividade profissional.
- d) Ronindes poderá tomar posse no cargo de desembargador do TJ, e, ao fazê-lo, terá adquirido, automaticamente, a vitaliciedade.
- e) O nome de Ronindes não deveria ter sido submetido à aprovação da Câmara Legislativa, mas, sim, da maioria absoluta do Senado Federal.

28. Determinada empresa fora autuada, durante procedimento de fiscalização, em virtude de ter deixado de recolher, durante anos, o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ). Após regular procedimento administrativo, a Secretaria da Receita Federal, considerando o elevado débito que a empresa possuía, decidiu firmar acordo, fixando valor bem inferior ao montante inicial, a fim de facilitar a quitação da dívida do contribuinte. O Ministério Público, considerando desarrazoada e prejudicial ao erário a celebração do ajuste, decidiu ajuizar ação civil pública. À luz do que determina a Constituição da República, indique a alternativa verdadeira:

- a) O Ministério Público não possui legitimidade para o ajuizamento da referida ação, que é de titularidade exclusiva do cidadão.
- b) A ação não deverá ser conhecida, uma vez que, em nome da separação dos poderes, o MP não pode contestar atos de competência Poder Executivo.
- c) A ação poderá ser ajuizada pelo MP, em defesa do patrimônio público.
- d) A ação popular não é a medida adequada, uma vez que serve apenas à garantia de proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.
- e) Somente a Defensoria Pública poderia ter ajuizado a ação civil pública.

29. Certo deputado federal, após a apresentação da proposta de lei orçamentária anual pelo Presidente da República, sugeriu que o projeto fosse emendado, seguindo o disposto nos demais instrumentos de planejamento e orçamento federal. Nesse caso, a Constituição Federal determina que:

- a) A emenda somente poderá ser aprovada até o montante de 12% da receita corrente líquida prevista na proposta enviada pelo Presidente.
- b) O parlamentar não poderia ter enviado projeto de emenda individualmente, sendo admitidas apenas aquelas propostas por bancadas.
- c) O parlamentar poderá sugerir emendas ao projeto de lei orçamentária até o limite de 1,2% da receita corrente líquida, mas, ainda assim, o Executivo não estará obrigado a executá-las, considerando o caráter

meramente autorizativo que o orçamento público possui.

- d) Caso a emenda proposta seja aprovada até o limite de 1,2% da receita corrente líquida, o Poder Executivo somente ficará desobrigado de executar as despesas nela previstas em caso de impedimento de ordem técnica.
- e) A emenda proposta somente será aprovada caso seja destinada a serviços públicos de saúde.

30. Manoel, cidadão português, mudou-se para o Brasil há 8 anos, quando conheceu Olívia, brasileira naturalizada, de origem inglesa. Os dois se apaixonaram e deram à luz a Plínio, hoje com 6 anos de idade. Pode-se afirmar, considerando o que dispõe a CF/88, que:

- a) Plínio não é brasileiro nato, mas poderá requerer a naturalização ao atingir a maioridade.
- b) Olívia somente será extraditada caso venha a ter sua naturalização cancelada por sentença judicial transitada em julgado.
- c) Somente ao completar 10 anos de residência ininterrupta no Brasil Manoel poderá requerer a condição de equiparado a brasileiro.
- d) Plínio estará sujeito à perda da nacionalidade caso sua mãe decida, voluntariamente, adquirir outra nacionalidade.
- e) Havendo reciprocidade por parte de Portugal, Manoel poderá adquirir direitos políticos e até mesmo exercer mandatos eletivos no Brasil.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

31. Seis professores do Estratégia estão sentados em uma mesa circular. Herbert Almeida está sentado imediatamente à direita de Guilherme Neves, que por sua vez está de frente a Marcos Girão, o bonitão das tapiocas. Décio Terror está imediatamente à direita de Renato da Costa, que está de frente a Herbert Almeida. Se Ricardo Vale está de frente a Décio Terror, então ele tem imediatamente à sua esquerda:

- a) Guilherme Neves.
- b) Renato da Costa.
- c) Décio Terror.

- d) Marcos Girão.
e) Herbert Almeida.

32. Considere verdade a proposição I e falsidade a proposição II.

I. Vou à praia ou estudo com afinco.

II. Se chove, então vou à praia.

Com base nessas informações, é verdade que:

- a) Vou à praia e estudo com afinco.
b) Não vou à praia e não estudo com afinco.
c) Não chove ou vou à praia.
d) Se não vou à praia, então estudo com afinco.
e) Se estudo com afinco, então vou à praia.

33. Considere falsa a afirmação “Da Rocha se veste como um bicheiro e Marcos Girão é o bonitão das tapiocas” e verdadeira a afirmação “Se Da Rocha se veste como um bicheiro, então Marcos Girão é o bonitão das tapiocas”. Nessas condições, é necessariamente

- a) falsidade que Marcos Girão é o bonitão das tapiocas.
b) verdade que Da Rocha e Marcos Girão se vestem como bicheiros.
c) verdade que Marcos Girão é o bonitão das tapiocas.
d) falsidade que Da Rocha se veste como bicheiro.
e) verdade que Da Rocha se veste como bicheiro.

34. Uma afirmação equivalente à afirmação “Não assisto ao Estratégia News ou estou sempre informado” está contida na alternativa:

- a) Se não estou sempre informado, então não assisto ao Estratégia News.
b) Se não assisto ao Estratégia News, então estou sempre informado.
c) Se estou sempre informado, então não assisto ao Estratégia News.
d) Assisto ao Estratégia News e não estou sempre informado.
e) Se estou sempre informado, então assisto ao Estratégia News.

35. Uma afirmação logicamente equivalente para “Ou Dudu come pudim ou Dudu fica nervoso” é:

- a) Dudu come pudim se, e somente se, fica nervoso.
b) Dudu come pudim se, e somente se, não fica nervoso.
c) Se Dudu não come pudim, então Dudu não fica nervoso.
d) Se Dudu come pudim, então ele não fica nervoso.
e) Se Dudu não está nervoso, então ele comeu pudim.

36. Uma pesquisa com 970 alunos do Estratégia mostrou que 527 falam Inglês, 251 falam Espanhol, 321 não falam Inglês nem Espanhol. O número de alunos entrevistados que falam Inglês e Espanhol é:

- a) 122
b) 129
c) 192
d) 398
e) 649

37. Caverna, Kovarik Cage e Rafael Moreno trabalham no TCM-SP e ocupam cargos diferentes: um é Auxiliar Técnico, outro é Agente de Fiscalização, e outro é Auditor.

Certo dia, eles chegaram ao trabalho em horários diferentes e a secretária anotou:

- Caverna chegou depois do Auxiliar Técnico.
- Rafael Moreno não foi o primeiro a chegar.

Sabendo que Kovarik Cage é Agente de Fiscalização, é correto concluir que:

- a) Kovarik Cage foi o primeiro a chegar;
b) Rafael Moreno é Auditor;
c) Caverna chegou antes que Kovarik Cage;
d) Kovarik Cage chegou depois que o Auxiliar Técnico;
e) o Agente de Fiscalização chegou depois que Caverna.

38. Seguindo um determinado padrão, os termos da sequência (2, 6, 14, 30, 62, 126, 254, 510, 1.022, ...) foram obtidos. O 12º termo desta sequência é

- a) 2.048
b) 2.050.
c) 4.094.

- d) 4.096.
e) 8.190.

39. Um restaurante oferece cinco pratos típicos da culinária regional. Paulo comprará almoço para três amigos nesse restaurante. De quantas maneiras ele pode realizar essa compra?

- a) 55
b) 50
c) 45
d) 40
e) 35

40. Guilherme deu a seu filho mais velho $\frac{1}{5}$ das balinhas que possuía e, em seguida, chupou 3. Ao filho mais novo deu $\frac{1}{3}$ das balinhas que sobraram mais 2 balinhas. Ao filho do meio, João, deu $\frac{1}{6}$ das balinhas que sobraram, após a distribuição ao filho mais novo. Sabe-se que Guilherme ainda ficou com 30 balinhas. Quantas balinhas ele possuía inicialmente?

- a) 55
b) 60
c) 75
d) 80
e) 100

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

41. Determinado Estado realizou obras públicas das quais resultaram em valorização imobiliária para os imóveis localizados naquela região. Diante do exposto, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a Letra que corresponda à sequência correta.

() O Município da localização daqueles imóveis pode instituir a contribuição de melhoria, caso o Estado não a institua.

() Os proprietários dos imóveis estarão sujeitos ao pagamento de contribuição de melhoria até o valor que corresponda ao acréscimo gerado pela obra pública,

independentemente da despesa realizada com a própria obra.

() A contribuição de melhoria não pode ultrapassar o valor da despesa realizada com a obra pública.

- a) V, F, F
b) F, F, V
c) V, V, F
d) F, V, V
e) F, V, F

42. Determinada lei municipal, publicada em 21/11/2019, majorou a base de cálculo e a alíquota do IPTU. A partir de que momento esta norma produzirá efeitos:

- a) 01/01/2020 quanto à base de cálculo e alíquota majoradas.
b) 01/01/2020 apenas quanto à base de cálculo majorada.
c) 01/01/2020 apenas quanto à alíquota majorada.
d) 21/11/2019 quanto à base de cálculo e alíquota majoradas.
e) 21/11/2019 apenas quanto à alíquota majorada.

43. Seleccione abaixo a Letra que corresponde a uma entidade não alcançada pela imunidade recíproca, consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
b) Casa da Moeda do Brasil;
c) Petrobras;
d) Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro);
e) Infraero.

44. O Livro Segundo do Código Tributário Nacional é inaugurado com o título que dispõe sobre a Legislação Tributária (arts. 96 a 112). Em relação ao que dispõe o CTN sobre o tema, assinale a afirmativa incorreta:

- a) Constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo, havendo necessidade de lei para tanto.
- b) A expressão “legislação tributária” abrange atos infralegais.
- c) Os tratados e as convenções internacionais prevalecem sobre a legislação tributária interna.
- d) O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos.
- e) Somente a lei pode estabelecer a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.

45. Considerando o tema obrigação tributária e fato gerador, à luz do que dispõe o Código Tributário Nacional, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a Letra que corresponda à sequência correta.

- () Em se tratando de negócios jurídicos condicionais, considera-se ocorrido o fato gerador desde o momento do implemento da condição, quando esta for suspensiva.
- () Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que configure obrigação principal.
- () Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos tratando-se de situação de fato, desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.

- a) V, F, F
- b) V, F, V
- c) V, V, F
- d) F, V, V
- e) F, V, F

46. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos, exceto:

- a) quando a lei assim o determine;
- b) quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;
- c) quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- d) quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
- e) quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior, independentemente da data em que o referido lançamento tenha ocorrido.

47. A respeito da decadência, considere o caso hipotético abaixo e, ao final, assinale a Letra correta:

O Município ABC deixou de efetuar o lançamento do IPTU referente ao fato gerador ocorrido em 2014 (01/01/2014), que poderia ser lançado desde a data da ocorrência do fato gerador. A administração tributária decidiu, então, lançar metade dos créditos de IPTU em 2019 e a outra metade em 2020.

- a) O IPTU é um tributo lançado por declaração;
- b) O prazo decadencial tem como termo inicial a data da ocorrência do fato gerador, isto é, 01/01/2014, portanto, todos os débitos de IPTU encontram-se decaídos no momento do seu lançamento.
- c) O contribuinte que realizar o pagamento do débito cujo lançamento ocorreu em 2019 possui direito à repetição do indébito tributário.
- d) O prazo decadencial encerra-se em 31/12/2019 para os fatos geradores ocorridos em 2014.
- e) O contribuinte que realizar o pagamento do débito cujo lançamento ocorreu em 2020 não possui direito à repetição do indébito tributário.

48. São créditos com preferência sobre o crédito tributário, na falência:

- a) créditos quirografários;
- b) créditos subordinados;
- c) remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares;
- d) créditos com privilégio especial;
- e) créditos com privilégio geral.

49. As situações abaixo ensejam expedição de certidão positiva de débitos, com efeitos de negativa, exceto:

- a) créditos tributários objeto de parcelamento;
- b) créditos tributários ainda não vencidos;
- c) créditos tributários objeto de moratória;
- d) créditos tributários ainda não inscritos em dívida ativa;
- e) créditos que sejam objeto de execução fiscal, garantia pela efetivação da penhora.

50. A hipotética empresa industrial JXS Ltda. Optou pela tributação com base no Simples Nacional, uma vez que não havia qualquer situação impeditiva para a sua inclusão no âmbito desse regime tributário diferenciado e favorecido. Assim, pode-se dizer que a empresa efetuará um recolhimento unificado, mensalmente, contendo os seguintes tributos, à exceção do:

- a) Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;
- b) Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social
- c) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI
- d) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL
- e) Contribuição para o PIS/Pasep

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

Silvio Sande

51. A empresa ABC adquiriu a vista 05 máquinas por R\$2.400,00 cada uma, com a intenção de revender.

Na operação incidência de 20% de ICMS, e de 10% de IPI. A contabilização no livro Diário foi a seguinte:

a) Mercadorias	9.600,00
ICMS a Recuperar	2.400,00
IPI a Recuperar	1.200,00
a Duplicatas a Pagar	13.200,00
c) Mercadorias	9.600,00
ICMS a Recuperar	2.400,00
a Caixa	12.000,00
d) Mercadorias	10.800,00
IPI a Recuperar	1.200,00
a Caixa.	12.000,00
e) Mercadorias	11.200,00
ICMS a Recuperar	2.400,00
a Caixa	13.200,00

52. Em 01/12/2019, uma empresa obteve um empréstimo a uma taxa de juros de 2,4% ao mês. O valor solicitado foi R\$ 60.000.000,00 e os pagamentos para liquidação do empréstimo seriam realizados da seguinte forma:

- Os juros, no valor de R\$ 1.440.000,00, são pagos mensalmente, tendo a primeira parcela vencido em 01/01/2020; e
- O principal será pago integralmente em uma única parcela que vencerá em 01/12/2023.

A empresa pagou, adicionalmente, na data da obtenção do empréstimo, despesas relacionadas com o contrato no valor de R\$ 2.000.000,00, o que fez com que a taxa de custo efetivo da operação fosse de 2,5% ao mês.

O valor dos encargos financeiros evidenciados pela empresa, na Demonstração do Resultado de 2019, foi, em reais,

- a) 1.450.000,00.
- b) 1.500.000,00
- c) 1.440.000,00
- d) 1.392.000,00
- e) 1.200.000,00

53. Considere os dados extraídos das demonstrações contábeis da empresa SS S.A. referente ao exercício financeiro de 2019:

Descrição	R\$ (mil)
AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	
Com Reservas de Lucros	50.000,00
Por integralização em dinheiro	100.000,00
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (credora)	
	12.000,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	250.000,00
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:	
Transferências para reservas	
Reserva Legal	12.500,00
Reserva Estatutária	40.000,00
Reserva para Contingências	50.000,00
Dividendos Adicionais Propostos	22.500,00
Dividendo Mínimo Obrigatório	125.000,00

Com base nestas informações, o aumento no saldo do Patrimônio Líquido em 2019 foi, em milhares de reais, de

- a) 264.500,00.
- b) 158.000,00.
- c) 225.500,00.
- d) 213.500,00.
- e) 237.000,00.

54. Um equipamento foi adquirido, em 01/01/2018, por R\$3.000.000,00 à vista para ser utilizado na atividade de uma empresa. Na data de aquisição, a empresa definiu que a vida útil do equipamento era 10 anos e o valor residual para este equipamento no final da vida útil definida era R\$500.000,00. Em 01/01/2019, a empresa reavaliou a vida útil remanescente do equipamento para 6 anos e o valor residual para R\$350.000,00. Em 31/12/2019, a empresa vendeu este equipamento por R\$2.500.000,00 à vista. Sabendo que a empresa calcula a despesa de depreciação pelo método das cotas constantes, o resultado evidenciado na Demonstração de Resultados de 2019, correspondente à venda do equipamento foi, em reais, de

- a) lucro na venda no valor de 250.000,00.
- b) prejuízo na venda no valor de 50.000,00.
- c) lucro na venda no valor de 300.000,00.
- d) lucro na venda no valor de 150.000,00.
- e) lucro na venda no valor de 20.000,00.

55. Com relação aos Intangíveis, analise os itens a seguir:

- I. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos ao teste de recuperabilidade.
 - II. Ativos Intangíveis com vida útil definida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade anualmente.
 - III. O Goodwill (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) gerado internamente deve ser reconhecido como um ativo.
- Assinale a opção correta.

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Nenhuma proposição está correta.

56. A Cia. Bahia S.A. possuía, em 31/12/2019, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil era composto por:
Valor de custo: R\$1.550.000,00

Perda por impairment (reconhecida em 2018): R\$ 550.000,00

Para elaborar as suas demonstrações contábeis de 2019, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo em 31/12/2019 e obteve as seguintes informações:
Valor em uso: R\$ 1.050.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 880.000,00
Com base nas informações acima, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. de Bahia S.A., em 31/12/2019, referente a este ativo foi, em reais, de

- a) 880.000,00.
- b) 950.000,00.
- c) 1.050.000,00.
- d) 1.500.000,00.
- e) 1.550.000,00.

57. Com relação aos ativos não circulantes mantidos para venda, pode-se afirmar que:

Em relação a esses ativos (ou grupo de ativos), classificados como mantidos para venda, as referidas normas estabelecem, também, que:

- I. Devem ser depreciados normalmente até a data da venda.
- II. Devem ser mensurados pelo menor valor entre o valor de aquisição e o valor justo menos o custo para vendê-los.
- III. Devem ser apresentados separadamente no ativo circulante.

Assinale a opção correta.

- a) Todas são verdadeiras.
- b) Somente I é falsa.
- c) Somente III é verdadeira.
- d) Todas são falsas.
- e) Apenas a II é verdadeira.

58. Uma empresa tinha em 31/12/2019 dois terrenos utilizados nas suas atividades, sendo que o primeiro terreno estava contabilizado por 200.000,00 e o segundo estava contabilizado por R\$ 100.000,00. Em janeiro de 2020 a empresa realizou uma reestruturação, transferindo os dois terrenos para a conta Propriedades para Investimento, com o objetivo de valorizar o capital.

Em janeiro de 2020, esta empresa Aplicando o valor justo, a empresa constatou que os valores de cada um dos terrenos era de R\$ 150.000,00.

No que diz respeito a alteração patrimonial, assinale a alternativa correta

- a) Não houve impacto no resultado pois houve um ganho e uma perda de igual valor.
- b) Houve um impacto positivo no resultado no valor de R\$ 50.000,00.
- c) As alterações ocorridas nos dois terrenos serão ajustadas em outros resultados abrangentes, no PL.
- d) Houve um impacto negativo no PL.
- e) Houve um impacto negativo no resultado do exercício no valor de R\$ 50.000,00.

59. Em janeiro de 2019, a Cia. JSL subscreve 80% do capital ordinário da Cia. Coruja, registrando essa Participação Societária, em seus ativos, pelo valor de R\$1.100.000. Nesse mesmo período, a empresa controlada vende à vista para a Cia. JSL estoques no valor de R\$400.000, obtendo nessa transação um lucro de R\$100.000. Ao final desse exercício, o Patrimônio Líquido da controlada ajustado correspondia a R\$1.500.000 e a investidora repassou para terceiros 70% dos estoques adquiridos da Cia. Coruja pelo valor à vista de R\$600.000.

Considerando estas informações, responda à questão.

Ao final de dezembro, no encerramento do exercício social, a Cia. JSL deve efetuar o lançamento contábil de:

- a) débito na conta Resultado de Investimentos a crédito na conta de Participações Societárias – Cia. Coruja no valor de R\$100.000.
- b) débito na conta Participações Societárias – Cia. Coruja a crédito de Receitas de Investimentos no valor de R\$100.000.
- c) débito na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial a crédito de Participações Societárias –Cia. Coruja no valor de R\$70.000.
- d) débito na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial a crédito de Participações Societárias –Cia. Coruja no valor de R\$30.000.
- e) débito na conta de Participações Societárias – Cia. Coruja a crédito de Resultado de Equivalência Patrimonial no valor de R\$70.000.

60. A empresa Frigeral S.A. produtora de refrigeradores efetuou as seguintes operações em 2019:

- I. Descontos de Duplicatas.
- II. Resultado com equivalência patrimonial.
- III. Aquisição de ações próprias. Pode-se afirmar que estes eventos afetam a Demonstração dos Fluxos de Caixa, respectivamente, como:
 - a) ajuste das atividades operacionais; saída das atividades de financiamento; entrada das fontes de investimento.
 - b) entrada das fontes de financiamento; ajuste das atividades operacionais; saídas das fontes de financiamento.

c) entrada das fontes de financiamento; entrada das fontes de investimento; saída das fontes de financiamento.

d) entrada das atividades operacionais; ajuste das atividades operacionais; saídas das fontes de financiamento.

e) saída das atividades operacionais; saídas das atividades operacionais; entrada das atividades operacionais.

AUDITORIA

Tonyvan Oliveira

61. O auditor não é obrigado e não pode reduzir o risco de auditoria a zero, e, portanto, não pode obter segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro. Isso porque uma auditoria tem limitações inerentes, e, como resultado, a maior parte das evidências de auditoria que propiciam ao auditor obter suas conclusões e nas quais baseia a sua opinião são persuasivas ao invés de conclusivas.

As limitações inerentes de uma auditoria originam-se de aspectos listados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- a) natureza das informações contábeis;
- b) natureza dos procedimentos de auditoria;
- c) necessidade de que a auditoria seja conduzida dentro de um período de tempo razoável e a um custo razoável.
- d) necessidade de que a auditoria seja conduzida dentro de um custo razoável.
- e) julgamento profissional do auditor

62. Ao estabelecer e executar procedimentos de auditoria, o auditor deve considerar a relevância e confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria. Em havendo dúvida a respeito da confiabilidade das informações ou indicações de possível fraude, nos termos das normas vigentes de auditoria, exige-se que o auditor

- a) faça investigações adicionais e determine que modificações ou adições aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto.
- b) renuncie o trabalho.
- c) amplie o tamanho da amostra para sanar dúvidas.

d) comunique o fato à administração da entidade auditada e aplique novos procedimentos de auditoria para esclarecer o assunto.

e) suspenda a execução dos trabalhos de auditoria até que a dúvida quanto à confiabilidade das informações ou indicações de possível fraude fato seja esclarecido.

63. Julgamento profissional é a aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria.

Segundo a NBC TA 200 (R1), o julgamento profissional é necessário para a tomada de decisões nos assuntos a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Materialidade e relevância de auditoria
- b) A natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria aplicados para o cumprimento das exigências das normas de auditoria e a coleta de evidências de auditoria.
- c) As evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas ou se algo mais precisa ser feito para que sejam cumpridos os objetivos das NBC TAs.
- d) A avaliação das opiniões da administração na aplicação da estrutura de relatório financeiro aplicável da entidade.
- e) A extração de conclusões baseadas nas evidências de auditoria obtidas, por exemplo, pela avaliação da razoabilidade das estimativas feitas pela administração na elaboração das demonstrações contábeis.

64. O planejamento adequado, a designação apropriada de pessoal para a equipe de trabalho, a aplicação de ceticismo profissional, a supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado são atitudes que ajudam a aprimorar a eficácia do procedimento de auditoria, reduzindo a possibilidade de auditor selecionar um procedimento inadequado. A aplicação de tais procedimentos é essencial na redução do risco de:

- a) distorção relevante
- b) controle.
- c) detecção.

- d) distorção inerente.
- e) auditoria.

65. Documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor (usualmente também é utilizada a expressão “papéis de trabalho”). Em relação à preparação dessa documentação da auditoria, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Auditor experiente é um indivíduo que possui experiência prática de auditoria e amplo conhecimento de processos de auditoria; normas de auditoria e exigências legais e regulamentares aplicáveis; ambiente de negócios em que opera a entidade e assuntos de auditoria e de relatório financeiro relevantes ao setor de atividade da entidade.
- b) Ao documentar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria executados, o auditor não precisa registrar quem executou o trabalho de auditoria nem a data em que foi concluído.
- c) O auditor deve documentar discussões de assuntos significativos, exceto se forem discutidos com a administração.
- d) É fundamental que o auditor, antes do início dos trabalhos de auditoria, prepare tempestivamente a documentação de auditoria.
- e) Se o auditor identificou informações referentes a um assunto significativo que é inconsistente com a sua conclusão final, ele não deve documentar como tratou essa inconsistência.

66. Controle interno é o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis pela governança, administração e outros empregados para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. Um dos componentes de controle interno é a atividade de controle. No que se refere aos princípios fundamentais subjacentes aos componentes de controle interno, o ambiente de controle compreende a avaliação, entre outras, de que a organização

- a) tem atribuição de autoridade e responsabilidade.
- b) realiza autorização;
- c) faz revisões de desempenho;
- d) processa as informações;
- e) realiza controles físicos e segregação de funções.

67. A determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis.

Neste contexto, conforme a NBC TA 320 (R1), é razoável que o auditor assuma que os usuários apresentem as seguintes características, EXCETO:

- a) Possuem conhecimento razoável de negócios, atividades econômicas, de contabilidade.
- b) Reconhecem que existem incertezas inerentes à mensuração de valores baseados no uso de estimativas, julgamento e a consideração sobre eventos futuros.
- c) Entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade.
- d) Tomem decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- e) Não tenham disposição de estudar as informações das demonstrações contábeis com razoável diligência.

68. O relatório dos auditores independentes é o documento formal mediante o qual o auditor expressa sua opinião sobre as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas. Na hipótese de o auditor constatar um assunto apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, de acordo com o seu julgamento, é de tal importância, que é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, será emitido o Relatório:

- a) Com ressalvas
- b) Com opinião adversa.
- c) Com abstenção de opinião.
- d) Com parágrafo de outros assuntos.
- e) Com parágrafo de ênfase.

69. Procedimento analítico significa avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Procedimentos analíticos compreendem, também, o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem significativamente dos valores esperados.

A elaboração dos procedimentos analíticos substantivos nos trabalhos de auditoria depende, em grande medida, da confiabilidade dos dados, segundo a NBC TA 520.

São aspectos relevantes para determinar se os dados são confiáveis para a elaboração de procedimentos analíticos substantivos, EXCETO:

- a) materialidade e risco de auditoria
- b) fonte das informações disponíveis
- c) comparabilidade das informações disponíveis
- d) natureza e relevância das informações disponíveis
- e) controles sobre a elaboração das informações

70. O planejamento de auditoria envolve a definição da estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. Sobre esse tema, podemos afirmar que

- a) a estratégia global contém mais detalhes do que o plano de auditoria.
- b) a estratégia global deve incluir a natureza, a época e a extensão dos procedimentos.
- c) os membros-chave da equipe de trabalho não precisam ser incluídos na elaboração do plano de auditoria.
- d) a estratégia global deve orientar o desenvolvimento do plano de auditoria.
- e) o auditor não deve discutir elementos do plano de auditoria com a administração da empresa auditada.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Receita-Federal-19-07>

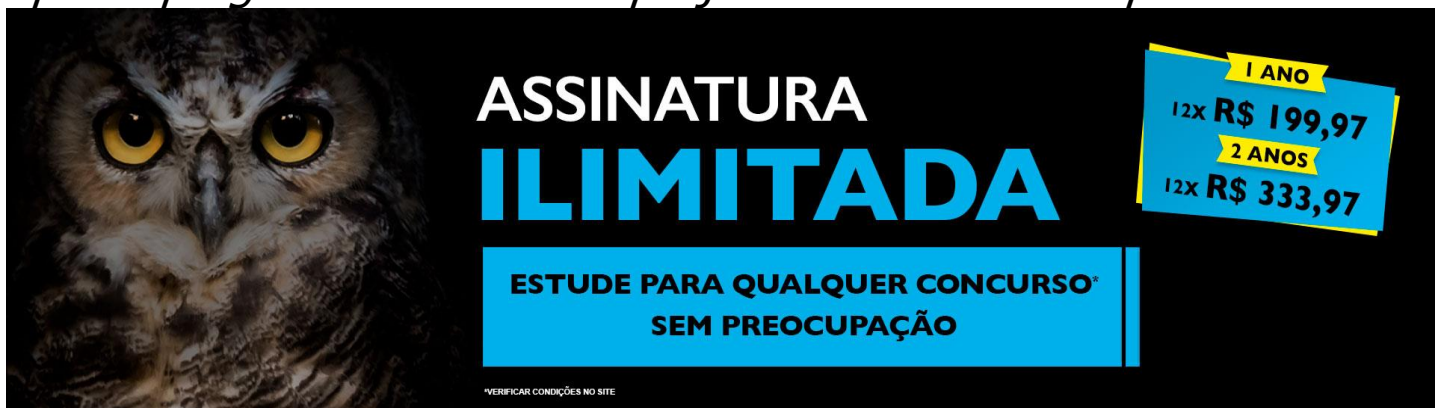
Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



The banner features a close-up of an owl's face on the left. The text 'ASSINATURA ILIMITADA' is written in large, bold, blue letters. Below it, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO* SEM PREOCUPAÇÃO'. On the right, a blue box with a yellow border lists two pricing options: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom center, there is a small text: '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.